

A Influência da Pedagogia Norte-Americana na Educação em Sergipe e na Bahia

reflexões iniciais

*Ester Fraga Vilas-Bôas**

O protestantismo conseguiu se estabelecer no Brasil a partir do século XIX, com a chegada de imigrantes europeus e norte-americanos, oriundo de missões das chamadas denominações históricas – metodistas, congregacionais, presbiterianos e batistas. A primeira estratégia de penetração dos presbiterianos – responsáveis pela implantação do protestantismo na Bahia e em Sergipe – foi compreender o *modus vivendi* do brasileiro e a partir daí estruturaram um plano de ação no qual a educação constituiu-se na principal estratégia de propaganda das idéias de uma civilização cristã com novos padrões intelectuais e morais, moldada na nova fé. Numa perspectiva historiográfica, este artigo procura analisar de que maneira o projeto educacional proposto por aquela denominação funcionou como veículo de propagação e consolidação dos seus princípios doutrinários. *PROTESTANTISMO; EDUCAÇÃO; PROTESTANTE; SERGIPE; BAHIA.*

The Protestantism was able to acquire grounds from the 19th century, when European and North-American immigrants arrived, from missions of the so-called historical denominations – Methodists, Congregationalists, Presbyterians and Baptists. As a strategy for penetration, Presbyterians tried to grasp the *modus vivendi* of Brazilian folk, from which point they develop a plan whose decisive factor would be education, used as the most important tool for the propagation of the ideals of a Christian Civilization molded from Protestantism. This study intends to analyze the manners how the educational project proposed by the Presbyterians has worked as a means for the propagation and consolidation of doctrinal principles.

PROTESTANTISM; EDUCATION; PROTESTANT; SERGIPE; BAHIA.

* Professora da Faculdade Pio X, da rede estadual de ensino e mestre em educação pela Universidade Federal de Sergipe.

Neste artigo pretendo tecer algumas considerações a respeito da presença da pedagogia norte-americana nas práticas educativas implementadas pelas escolas presbiterianas instaladas em Sergipe e na Bahia no período da segunda metade do século XIX até a segunda década do seguinte, partindo das investigações desenvolvidas no percurso do mestrado em educação pela Universidade Federal de Sergipe, que resultaram na dissertação *Origens da educação protestante em Sergipe: 1884-1913*¹. Esta me permitiu vislumbrar o projeto educacional proposto pelos missionários presbiterianos norte-americanos para o Brasil, facultando-me reconduzir ao cenário educacional sergipano o trabalho desenvolvido por eles naquele Estado.

Aquelas escolas tornam-se objetos privilegiados de análise dos processos de circulação, apropriação e produção dos padrões escolares norte-americanos por terem estendido o seu raio de ação para além de grupos imigrados e se enraizarem através de diferentes mecanismos na cultura escolar brasileira (Warde, 2000, p.14) considerando que, no Brasil, a educação funcionou como pavimentação, estrada para a passagem da cultura norte-americana e seu enraizamento em solo brasileiro. Algumas daquelas instituições fundadas no início do século XX, na Bahia, ainda funcionam e são financiadas pela Missão presbiteriana norte-americana, fazendo circular e impondo saberes pedagógicos e práticas culturais que podem ser remetidos aos seus objetivos iniciais.

A partir das leituras feitas, pude verificar que as produções referentes à prática educativa protestante na historiografia educacional brasileira ainda são tímidas, algumas vezes carregadas nas tintas do espírito teológico, religioso, privilegiando mais a região sudeste com pouquíssimas pesquisas nas demais regiões, o que surpreende pelo fato do protestantismo ter estado presente quase simultaneamente em grande parte do território brasileiro.

A prática educacional protestante introduzida no Brasil na segunda metade do século XIX continua sendo quase desconhecida quanto aos

1 Tomarei como referência o projeto educacional desenvolvido por aquela denominação, por ela ter sido a responsável pela instalação do protestantismo na Bahia e em Sergipe.

seus objetivos e resultados. Autores como Fernando de Azevedo e Jorge Nagle, apesar de terem analisado demoradamente a educação brasileira, são tímidos no que se refere à educação protestante. Um estudo mais específico sobre a temática foi desenvolvido por Jether Pereira Ramalho, no qual tratou em profundidade sobre a prática educativa e sua relação com a ideologia, porém, sem se preocupar com os problemas históricos que estavam por trás daquela empresa missionária norte-americana. Destacam-se também as obras de Peri Mesquida (1994), Osvaldo Henrique Hack (1985) e Leda Rejane A. Sellaro (1987).

A bibliografia existente sobre o assunto demonstra que, após um primeiro momento da penetração de imigrantes anglo-saxões, a implantação e expansão do protestantismo no Brasil só se efetivariam a partir da segunda metade do século XIX, com a chegada de imigrantes norte-americanos oriundos de missões das chamadas denominações históricas – metodistas, congregacionais, presbiterianos e batistas. Este segundo período denominarei de “propaganda” ou “missionário”, pelo fato de ter sido iniciado no país por propagandistas vendedores de Bíblias – denominados de colportores – e pelos missionários representantes de missões protestantes estrangeiras.

Como esse segundo grupo não tinha interesse numa expansão e ocupação territorial, instalou-se no Brasil e organizou instituições religiosas e educacionais com o objetivo de pôr em prática um projeto mais poderoso e arrojado – o de expansão cultural e econômica. O protestantismo de origem missionária, associado ao pragmatismo ético e ao liberalismo teológico, foi do tipo conversionista ou de evangelização direta, produzindo “um estilo de vida normativo, baseado e revestido de uma ética” individualista e excludente, que vai encontrar seu fundamento na doutrina da predestinação de Calvino (Weber, 1987, p. 37).

As incursões protestantes que resultaram em sua inserção definitiva no norte e nordeste brasileiro deram-se inicialmente através da ação de missionários deste grupo. Em 1860, Richard Holden, patrocinado pelo Conselho de Missões da Igreja episcopal norte-americana, instalou-se em Belém, iniciando um programa de propaganda religiosa nos dois principais jornais da cidade – o *Jornal do Amazonas* e o *Diário do Grão-Pará* – publicando o Evangelho de São Mateus e as Epístolas de São

Paulo, dentre outros. Fugindo à orientação da organização que o mandou trabalhar “quietamente”, sem provocar polêmicas e sem envolver-se com a política da cidade, acabou provocando conflitos com os representantes da Igreja católica local, culminando assim com sua transferência para a Bahia. Já em 1862, chegou o colportor espanhol Thomaz Gallart para ajudá-lo. Após um ano, Pedro Nolasco de Andrade juntou-se ao grupo. Entretanto, por tumultos provocados na imprensa entre eles e as autoridades clericais locais, Holden foi proibido pela sua instituição de origem de continuar os embates travados, abandonando posteriormente a Bahia, deixando, porém, seus vendedores lá.

Sete anos depois de sua saída, em 1871, chegou à Bahia o reverendo Francis Joseph Schneider que, juntamente com Houston e Blackford, formou o primeiro núcleo de missionários presbiterianos no nordeste vinculados ao “Brazil Mission”. Esta instituição estava vinculada à Igreja presbiteriana do Norte dos Estados Unidos (PCUSA), com sede em Nova York. Pela grande extensão territorial do país, em 1897, a “Brazil Mission” dividiu-se em “South Brazil Mission” e “Central Brazil Mission”, esta responsável pela implantação do protestantismo naqueles dois Estados. Coube a Schneider a organização da primeira igreja presbiteriana na capital baiana, em 18 de abril de 1872, e a Blackford, a instalação da primeira igreja presbiteriana em Sergipe, no ano de 1884.

Entretanto, já em 1859, com o intuito de expandir as fronteiras protestantes na América do Sul, a PCUSA produziu um documento no qual propunha que fosse mandado ao Brasil um representante da instituição com a finalidade de explorar o território e conhecer melhor a cultura brasileira. É interessante observar o grau de conhecimento que aquela instituição possuía sobre a geografia e a situação política e cultural brasileiras e qual deveria ser o plano adotado:

Já há algum tempo que a comunidade cristã tem tido sua atenção voltada para o Brasil como campo atraente para o trabalho missionário, com apelo especial às igrejas evangélicas deste país. O território brasileiro é mais vasto que o nosso; o clima é igualmente variado e saudável; o solo se presta tanto a produtos de clima temperado como de clima tropical; a população ainda é relativamente pequena; os recursos, ricos e vários, ainda estão em grande

parte inexplorados. Mas há forças em ação, tanto na Europa como no Brasil, que rapidamente atraem ao último grande número de imigrantes. [...] É de alta importância para seu presente e para seu bem-estar futuro, que a mente nacional esteja imbuída de idéias e princípios religiosos corretos, e estes deverão proceder, em primeiro lugar, das igrejas evangélicas de nosso país. [...] É certo que o catolicismo romano é a religião oficial do país, mas o governo é liberal, e também o é grande parte das classes mais inteligentes; ao mesmo tempo, a tolerância religiosa é garantida por textos legais. [...] sem dúvida missão será um tanto experimental. Seus primeiros objetivos serão: explorar o território, verificar os meios de atingir com sucesso a mente dos naturais da terra, e testar até que ponto a legislação favorável à tolerância religiosa será mantida. Se o resultado dessas investigações for positivo – e temos plenas razões para supor que sim – a missão poderá depois ser ampliada em termos que as circunstâncias justifiquem [Ribeiro, 1973, pp. 17, 18].

Depois dessa fase exploratória, a Junta de Missões da PCUSA apresentou um relatório à Assembléia Geral, em 1862, com o seguinte teor:

Os missionários estão otimistas, e certos de que a fase de experiência chegou ao fim: a Constituição liberal recebe interpretação e cumprimento liberais, não apenas na Capital, mas também nas províncias; o Governo é estável. Há dificuldades, e poderão crescer; resultam da presença de clérigos numerosos, de uma igreja decaída, os quais têm poder sobre os ignorantes, que são a maioria na população; e talvez as dificuldades sejam maiores em virtude da geral indiferença quanto à vida espiritual e eterna [Ribeiro, 1981, p. 51].

Com esses dados em mãos, a Junta de Nova York inicialmente elaborou um plano de expansão missionária tendo a evangelização como principal objetivo. Entretanto, a percepção do *modus vivendi* do brasileiro orientou os primeiros missionários presbiterianos norte-americanos a reestruturarem seu plano de ação, no qual a educação, aliada à propaganda, funcionaria como estratégia de aproximação, apresentando os ideais de uma civilização cristã moldada no protestantismo. Esses fatos vêm corroborar com o pensamento de Warde:

[...] os Estados Unidos desencadearam, desde o século XIX, uma política sistemática e de longo prazo de esquadramento de todas as demais sociedades para 1ª apropriação e difusão “seletiva” de padrões culturais videntes em tais agrupamentos societários [Warde, 2000, p. 9].

À constatação do alto índice de analfabetismo, observaram que precisariam oferecer à população protestante um sistema educacional alternativo, para que o converso fosse capaz de pelo menos ler a Bíblia, o livro de hinos (pois a música era um forte elemento conversionista) e outras literaturas religiosas; ou escrever atas, registros de batismos ou casamentos, sendo indispensável que ele tivesse o mínimo preparo intelectual para a sua integração no grupo.

Os missionários presbiterianos demonstraram que era preciso oferecer à suas comunidades o ensino primário através das escolas chamadas “paroquiais” e organizar os grandes colégios nas principais cidades brasileiras, para formar os pastores para as igrejas e professores para suas escolas, como também educar os filhos da classe dominante que, mesmo sem se converter ao protestantismo, provavelmente seria tolerante em relação à nova religião.

A empresa missionária presbiteriana norte-americana, através da ação educativa de seus colégios, tinha como meta o estabelecimento de uma civilização cristã, diferente da que eles encontraram no Brasil, na qual os ideais, o modo de pensar, os costumes e hábitos sociais do povo e suas instituições políticas tinham uma relação simbiótica com a religião católica. Os princípios norteadores de seus estabelecimentos de ensino seriam semelhantes aos do sistema educacional norte-americano:

Escola mista, liberdade religiosa, política e social. Educação baseada nos princípios da moral cristã, segundo as normas das Santas Escrituras, atendendo ao conceito protestante que exclui da escola a campanha religiosa, limitando-se às questões de moralidade ética, contidas no ensino de Cristo [Hack, 1985, p. 72].

Já no século XVI, Lutero, na *Carta à nobreza alemã em 1520*, na *Carta aos conselheiros de todas as cidades da Alemanha de 1524* e no

Sermão de 1530 – Sobre a necessidade de mandar as crianças para a escola, e Melanchton, no *Preceptor Germaniae*, utilizaram a educação como um dos meios de propagar as idéias reformistas. Com a quebra da unidade do mundo católico, a Companhia de Jesus foi uma das armas da Contra-Reforma na luta contra os movimentos reformistas, utilizando-se também da educação da juventude, construindo escolas secundárias e universidades nas principais cidades européias.

Para o historiador Émilie G. Léonard, a ação missionária americana utilizou-se dessa mesma prática². Tal como os reformadores e jesuítas, os missionários norte-americanos elegeram a educação como instrumento de consolidação de seus ideais. O professor Horace Lane, diretor do Colégio Mackenzie e colaborador na reforma do ensino público em São Paulo, dizia que “a campanha evangélica deve partir deste princípio: muitas escolas, mais escolas, sempre escolas. É o que fazem os sacerdotes católicos e é o que fazemos nós: na educação da mocidade reúne-se grande parte de nosso ideal” (Bandeira, 1973, p. 63).

Crabtree afirmou que

É simplesmente impossível que a religião evangélica concorra com o catolicismo sem se munir do poder e da influência da educação. Cada sistema tem a sua ideologia e as suas vantagens. Nós, evangélicos, estamos plenamente convencidos da superioridade de nossos ideais, mas o povo culto em geral não aceita o evangelho, antes de ficar convencido da cultura evangélica.

É justamente no campo da educação que o evangelho produz os seus frutos seletos e superiores, homens preparados para falar com poder à consciência nacional [Ramalho, 1976, p. 69].

Para os missionários norte-americanos, era preciso introduzir uma prática educativa concomitantemente à organização das igrejas. Uma carta

2 Bandeira desenvolve uma análise nessa direção quando compara a ação colonizadora dos missionários norte-americanos no Brasil, através de seus colégios, com a catequese jesuítica implantada em solo brasileiro desde o século XVI (Bandeira, 1973, p. 124).

assinada pelos missionários Chamberlain, Howell e Blackford à Junta de Nova York em fevereiro de 1875, com o título *Apelo à Igreja Presbiteriana em todos os seus ramos a respeito de Uma Instituição Literária para a educação, de um Ministério Nacional para o Brasil*, demonstrava essa necessidade. Nela eles pediam recursos para que a Escola Americana de São Paulo tivesse “condições de formar um ministério na Igreja Presbiteriana do Brasil; esse ministério incluía Bible Readers (evangelizadores-de-casa-em-casa); professores que atendessem à malha crescente de escolas-junto-às-igrejas, então com mais de 500 alunos; pastores e evangelistas” (Ribeiro, 1981, p. 238).

Em 1877, os missionários presbiterianos norte-americanos inauguraram um “Kindergarten” naquela cidade, em 1877, adotando o sistema Froebel. De acordo com o seu diretor, o reverendo Chamberlain,

...o jardim de infância, ou jardim das crianças, será baseado no hoje bem conhecido sistema Froebel e tem por fim o desenvolvimento intelectual desde a mais tenra idade, por métodos intuitivos e naturais, tendo sempre em vista as necessidades físicas das crianças, atraindo-as ao conhecimento e desenvolvimento das faculdades observadoras, sem fadigas, sem desgostos, sem estudos forçados, sem constrangimentos dos corpos, aprendendo dos próprios brinquedos e alcançando assim os benéficos efeitos da disciplina e do uso dos sentidos [Ramalho, 1976, pp. 84,85].

No início da República, o Governo de São Paulo instituiu uma reforma no seu setor educacional, contratando professores presbiterianos norte-americanos para organizar e executar um novo plano educacional, posteriormente copiado por outros estados brasileiros.

De acordo com Hallewell,

A revolução na educação brasileira começou mais ou menos no último ano do Império [...]. A mudança do regime, em novembro de 1889, também foi importante, pois a nova República, seguindo, na educação como em tantas outras coisas, o modelo dos Estados Unidos, procurou substituir a herança educacional elitista do Brasil por um sistema moldado na escola pública yankee. [...].

As missões protestantes norte-americanas já se haviam tornado ativas na educação brasileira, e uma de suas realizações mais notáveis foi a Escola Americana, escola primária anexa ao Colégio Mackenzie de São Paulo. O governador Prudente de Moraes ficou tão impressionado com os métodos utilizados nessa escola que, em 1890, solicitou ao diretor Dr. Horace M. Lane, que recrutasse um pequeno grupo de professoras norte-americanas para o sistema escolar de São Paulo. Lideradas por Marcia Browne, de Boston – figura histórica na educação brasileira – essas jovens senhoras estabeleceram uma escola primária modelo, que se tornou o núcleo de um sistema de âmbito estadual, baseado nas idéias e técnicas norte-americanas [Hallewell, 1985, pp. 208, 209].

Durante os seis anos seguintes foram organizadas uma média de duzentas escolas por ano em São Paulo e “as taxas de alfabetização logo começaram a disparar à frente das do resto do país” (idem, p. 209). Posteriormente, grande parte do material didático utilizado nas escolas protestantes foi incorporado às escolas públicas brasileiras.

Na visão dos educadores norte-americanos, o ensino confessional e público no Brasil no final do século XIX, com exceção das escolas privadas, caracterizava-se por uma prática educativa essencialmente memorizadora. Essa realidade veio favorecer a irradiação das escolas protestantes não só nas principais cidades do Império como também na zona rural. De acordo com Azevedo, aquelas instituições

[...] provocaram um choque em nosso mundo pedagógico por implicarem uma ruptura com a tradição escolar do país. Onde imperava a intolerância religiosa, ergueu-se o princípio de liberdade de consciência: as escolas estariam abertas a todos sem discriminação de crenças e de culto. Em lugar de separação de meninos e meninas por classes, quando não por escolas diferentes, o que se procurou estabelecer foi o regime da co-educação. Métodos que faziam mais apelo à inteligência do que à memória tomavam o lugar às práticas habituais de estudo em voz alta e da decoração que convidavam ao sono nas escolas. Em oposição ao dogmatismo reinante, ao espírito de rotina, à cristalização de processos, instalados nas escolas públicas, passaram à ordem do dia a busca, a análise e a experimentação de novas técnicas de

ensino. Em vez de uma organização rígida baseada na autoridade e na disciplina, uma organização fundada no princípio de liberdade, de compreensão mútua e de colaboração [Azevedo, *Revista da FLEP*, 1997, p. 13].

Foi naquele contexto que em menos de cinquenta anos os colégios protestantes estavam implantados nas principais cidades brasileiras “disponíveis para servir aos filhos dos protestantes (para os quais havia programas de bolsas de estudo) e abertos aos setores modernos da população que desejem outro tipo de educação e possuam recursos para custeá-lo” (Ramalho, 1976, p. 80). As práticas pedagógicas propostas também por esse novo modelo educacional materializaram-se pelas Escolas Paroquiais – escolas primárias ao lado da igreja com a finalidade de alfabetizar seus adeptos – e pelos Colégios – que ofereciam o ensino secundário – instalados por aqueles missionários presbiterianos norte-americanos.

Escolas Paroquiais

A igreja procurava minimizar as diferenças de raça, de instrução e de classe social, integrando aqueles menos favorecidos nas atividades eclesiais. Para atingir o segmento da sociedade formado de homens livres, pobres e analfabetos, os missionários instalaram ao lado de cada igreja uma escola denominada de “paroquial”, alfabetizadora e elementar, utilizando também o material litúrgico – a Bíblia e o livro de hinos – como material pedagógico e instrumentos de conversão. Na avaliação de Hack, a escola paroquial

...além de ensinar as primeiras letras, também ministrava o ensino religioso da Bíblia e do Breve Catecismo. Também era observada a prática do culto diário com orações e cânticos religiosos. A escola destinava-se a suprir a ineficiência do sistema pedagógico brasileiro e garantir instrução àquelas crianças que fossem constrangidas por práticas católicas romanistas. A escola também despertava a solidariedade do novo grupo evangélico minoritário que se sentia mais seguro e motivado a enfrentar as pressões e perseguições de grupos contrários à presença presbiteriana [Hack, 1985, p. 64].

Na tentativa de induzir mudanças sociais, essas escolas junto às igrejas ofereceram à sociedade brasileira uma nova proposta pedagógica alternativa ao projeto educacional estabelecido. Também serviam para separar as crianças filhas de crentes da influência católica, assumindo não só o papel de veículo de instrução como também o de consolidação da futura população das igrejas³. A igreja presbiteriana determinava que

...os filhos dos membros da Igreja visível, e dedicados a Deus pelo Batismo, estão sob a inspeção e governo da Igreja, e dever-se-lhes-á ensinar a ler; e, ao apresentar a criança ao batismo, os pais deviam prometer perante a Congregação ensinar-lhe ou mandar ensinar-lhe a ler, para que venha a ler por si mesmo a Santa Escritura [Ribeiro, 1981, p. 184].

Na criação do Presbitério Bahia-Sergipe, seus jurisdicionados foram alertados

...á obrigação que impera sobre os paes crentes a educação sadia e christã de seus filhos, e rogozija-se que em toda a região por elle occupada seja possivel arranjar escolas primarias com despeza tão diminuta que nenhum grupo de cristãos tenha desculpas de negligenciar este dever, [...] [*Livro das Actas do Presbyterio de Bahia e Sergipe*, p. 32].

Outro objetivo que orientou aquela prática educativa foi a valorização do trabalho, procurando levar o educando a ter outro olhar diante da realidade. Indiretamente, isso era demonstrado pelas atitudes. O ambiente da vida americana era reproduzido nas escolas e nas casas dos protestantes por meio da ordem, da limpeza, da disciplina, da alegria. Os alunos viam os missionários e professores trabalhando na casa, arando a terra. As próprias reuniões religiosas eram denominadas de “trabalhos”. Os meninos internos, além de estudar, ajudavam na roça; as meninas, nos trabalhos domésticos.

3 No ano de 1899, numa discussão sobre a transferência da escola de Laranjeiras para Aracaju, a Missão decidiu mantê-la para que os filhos das famílias crentes não ficassem sem opção. *Minutes of the Meetings of the Central Brazil Mission* (1897-1912) – 20/11/1899 – 2ª Seção da Reunião em Laranjeiras-SE.

Enquanto para os missionários norte-americanos o pensar e o fazer estavam dissociados do modo de vida brasileiro, o aprender e o trabalhar estavam intrinsecamente unidos em sua concepção de vida. Ferreira registrou algumas reações ocorridas na cidade baiana denominada Wagner, a 350 km de Salvador, com a fundação do Instituto Ponte Nova, pelo Dr. William Alfred Waddell em 1906, mostrando a visão do brasileiro sobre o trabalho:

O atavismo escravagista bradava contra uma Instituição educativa onde se trabalhava. Trabalho manual ou culinário era labéu de escravos. [...] Nessa época muito menino levado e incorrigível das Lavras, candidato ao Instituto Disciplinar, ouvia a ameaça pavorosa: “Mando-te para Ponte Nova!” E o infeliz continha-se alarmado, porque o conceito era que o Colégio era uma espécie de detenção para amansar meninos bravos [Ferreira, 1992, vol. 2, p. 94].

Posteriormente à organização do Instituto Ponte Nova, a Missão Central do Brasil instalou um complexo que incluía uma fazenda, uma escola secundária e normal, um hospital e um curso de enfermagem (*Minutes of the Meetings of the Central Brazil Mission – 1904-1938*).

Mesquida, fazendo referência às escolas paroquiais metodistas, afirmou que infelizmente, em muitos casos, os documentos consultados não tratam dos métodos, objetivos, currículos e professores dessas escolas (Mesquida, 1994, p. 139). Provavelmente nas escolas paroquiais rurais o currículo devia ser bastante reduzido, não deixando de ser transmitidos os elementos característicos do protestantismo como o ensino da Bíblia, do catecismo, os cânticos de hinos sagrados durante a aula, oferecendo um mínimo de instrução dentro do padrão protestante de educação à sociedade brasileira.

Como o livro e o discurso estavam sempre presentes na prática religiosa protestante, era preciso alfabetizar seus adeptos e as crianças para garantir sua penetração e ampliação no país. A escola paroquial oferecia o ensino primário não só aos filhos dos novos convertidos mas a toda a comunidade sem distinção de sexo, o que na época era uma inovação. Geralmente os missionários, além de professores, eram os próprios dire-

tores; o corpo docente era formado por membros da Igreja presbiteriana e por missionárias-professoras norte-americanas, pagas pela Missão com fundos enviados pela Junta de Nova York.

Para isso, a Junta exigia que seus diretores e professores fossem pessoas preparadas pedagogicamente e comprometidas com a doutrina da igreja, pois como afirmava Chamberlain, “a importância e proficiência de uma escola estão na razão direta do valor pessoal do professor. Nada valerão as escolas sem bons mestres; [...]” (Ribeiro, 1981, p. 241). E como não havia muitos professores brasileiros formados dentro da concepção educacional norte-americana, a Missão proporcionava bolsas de estudo para a preparação de professores nos seus principais colégios brasileiros e nos Estados Unidos, garantindo assim a continuidade e a qualidade do ensino. Aquela prática também foi observada em Sergipe, a qual relatarei posteriormente.

Os Colégios

Como já foi dito anteriormente, os líderes presbiterianos observaram que, além de oferecer a educação primária através daquela rede de escolas junto às igrejas, era preciso organizar outro tipo de instituição educacional capaz de formar seus próprios líderes religiosos e pedagógicos e exercer sua influência na sociedade brasileira. Nesta perspectiva, os Colégios funcionariam com o objetivo de

...dar uma visão universitária aos filhos dos evangélicos para formação de uma elite protestante no País, incluindo-se aí pastores. Continua interessado em atrair jovens de famílias não evangélicas, mas deseja levá-los à grande mudança espiritual, com adesão à igreja evangélica; faz isso com delicadeza e sem constranger consciências; mas faz [idem, p. 213].

Na época, os missionários contaram com o apoio dos revolucionários republicanos e abolicionistas que compartilhavam da idéia de implantar uma nova escola no Brasil, pois a mudança do regime exigia uma outra política educacional capaz de dar “forma e vida à educação popular,

ajustando-se às idéias e técnicas pedagógicas mais consentâneas com as idéias e instituições democráticas” (Azevedo, *Revista da FLEP*, 1997, p.16).

Essas idéias corroboravam com o modelo de vida e de educação norte-americano, imbuídos dos princípios norteadores do protestantismo: a liberdade – de consciência, de expressão, do livre exame – aliada ao individualismo; a questão da ordem e da superação do dualismo entre pensamento e ação. Em sua concepção de educação o fazer e o pensar, a teoria e a prática estavam imbricadas, complementavam-se, facultando a passagem do pensamento para a ação.

Exemplo disso foi a organização da Escola Americana, fundada por Chamberlain em São Paulo no ano de 1870, oferecendo os cursos primário, secundário e superior científico. Seria a escola modelo da denominação, utilizando os métodos, os livros didáticos traduzidos e a organização similares aos das escolas públicas de Nova York. Em anexo funcionaria um internato para meninas, onde após as aulas na Escola, elas receberiam lições de prendas domésticas. A educação religiosa seria oferecida em escolas específicas – os Seminários Teológicos – destinadas à formação e treinamento de futuros pastores e evangelistas nacionais.

Apesar de a Junta de Nova York ter relutado inicialmente em aceitar essa proposta, autorizou a implantação da escola estabelecendo algumas condições:

Os missionários da evangelização não deveriam ser desviados de sua missão. A escola devia seguir o sistema de ensino americano – escola mista, liberdade religiosa, política e racial; educação baseada nos princípios da moral cristã segundo as normas das Santas Escrituras, atendendo ao conceito protestante que exclui da Escola a campanha religiosa, limitando-se às questões de moralidade ética contidas no ensino de Cristo. O ensino não será gratuito, cobrando a Instituição apenas o necessário para as despesas de custo. A Escola não terá fim lucrativo. [...] Os professores e funcionários receberão o que for estipulado previamente. As anuidades da Escola poderão ser acrescidas até 15% de seu valor “custo-ensino” para custear Bolsas de Estudo para estudantes verdadeiramente pobres, quando estes não puderem prestar serviços ao estabelecimento [Ribeiro, 1981, pp. 230, 231].

O Colégio Internacional de Campinas, aberto em 1873, apresentava um plano curricular que se dividia inicialmente em quatro séries e posteriormente em mais três. Em seguida, vinha o Curso Acadêmico de cinco anos, oferecendo também o ensino religioso opcional. Além de ciências modernas, oferecia uma variedade de idiomas. Na época, os missionários convocaram uma grande reunião para consultar a população da cidade sobre a criação da escola. Na análise de Ribeiro, “o Colégio Internacional se estabeleceu para concretizar um modelo de educação que iniciasse, motivasse e incentivasse mudanças nos cânones de comportamento da sociedade brasileira” (idem, p. 206).

Posteriormente, alguns professores presbiterianos brasileiros começaram a questionar a literatura adotada, propondo redimensioná-la à nossa realidade⁴. Exemplo disso foram as *Aritméticas e álgebras*, de Antonio Bandeira Trajano – primeiro pastor presbiteriano brasileiro –; a *Gramática expositiva* e *Gramática histórica*, de Eduardo Carlos Pereira; a *Grammatica portugueza*, de Júlio Ribeiro; o *Dicionário de latim*, de Santos Saraiva; a *Série Erasmo Braga* em 4 volumes, do próprio; *Condições intelectuais, morais e religiosas na América Latina*, de Álvaro Reis; *Pontos de nossa história*, de Veríssimo e Lourenço Souza; *O meu idioma*, de Otoniel Motta; *Escrituração mercantil* (adotado no Mackenzie) de Modesto R. B. de Carvalhosa⁵. Muitos deles posteriormente foram adotados por escolas brasileiras.

Analisando os métodos pedagógicos utilizados nas escolas públicas brasileiras, o reverendo Waddell afirmou que aquelas

...mantinham o velho costume de estudo em voz alta, de decoração excessiva, com pouco estímulo do pensamento, métodos esses condenados pela

4 Já nos anos 50 do século XIX, os missionários protestantes norte-americanos Kidder e Fletcher “se queixavam da falta de livros escolares produzidos no Brasil e adaptados às condições locais, o que era, para eles, um fator que impedia o progresso da educação nacional”, sendo que esse último ainda tentou publicar no Brasil material didático das escolas americanas (Hallewell, 1985, p. 144).

5 Além dos livros didáticos citados, em 20/10/1998 localizei no Arquivo da Fundação José Manoel da Conceição, de São Paulo, a série de livros *English for brazilian schools*, da autora Amélia Kerr Nogueira, que era utilizada nas escolas presbite-

pedagogia mais recente. Resolveu-se substituir esses métodos pelos desenvolvidos durante longa experiência nas escolas públicas dos Estados Unidos, inclusive o ensino pelo método indutivo, estudo silencioso, etc. [Ferreira, 1992, vol.1, p. 142].

Nos colégios presbiterianos, os períodos de férias eram mais longos que os das escolas públicas, abrangendo os meses de dezembro e janeiro “e um período curto em junho, incluindo o dia de São João” (idem, p.143). Também tinha sido adotada a semana letiva com cinco dias, um a menos que a dos colégios públicos, e como consequência, “...a frequência média da escola tem sido sempre muito superior à das que funcionam seis dias por semana, e conserva-se a energia do aluno pelas férias anuais, o que produz tal vigor no trabalho que permite às escolas, funcionando 190 dias, alcançarem maiores resultados do que aquelas que o fazem durante 280” (idem, p.144).

Todas essas modificações na prática educativa inseridas pelas escolas protestantes também causaram espanto e indignação. De acordo com Ferreira, os métodos pedagógicos empregados no Instituto Ponte Nova, na Bahia, revoltaram parte da população:

“Onde já se viu ensinar a ler infringindo o tabu do bê-a-bá? Que loucura era essa de concentrar a atenção do educando incipiente em sons de letras? Quem disse que a criança tem melhor noção e idéia da palavra concreta, que de sílaba abstrata?” Escola moderna e lições de coisas eram tão here-sias como a religião. O dogma pedagógico eram combinações da letra f, como está no Primeiro Livro de Hilário Ribeiro: “Fi-fi-ri-fi...fifirifi”. Era um estupro intelectual [idem, vol. 2, p. 94].

As escolas e colégios presbiterianos funcionavam como uma franquia, adotando o mesmo método pedagógico. A localização e a arquitetura das instituições educacionais presbiterianas, na medida do possível,

rianas: 2ª série Ginásial, 17ª ed., São Paulo, 1955; 4ª série Ginásial, 7ª ed., SP, Companhia Ed. Nacional, 1951; College 2º Grade. 3ª ed., 2ª série, série curso colegial (curso clássico e científico), 1949; Second Book, 3ª série. Curso Ginásial, 5ª ed., Ed. do Brasil S. A ., 1949.

seguiram um modelo preestabelecido pela Junta de Nova York, procurando refletir a concepção norte-americana de educação. A Missão sempre teve a preocupação de distinguir seus prédios destinados à educação e à religião das outras construções locais, procurando construí-los em pontos estratégicos das cidades, próximos às residências da elite econômica e, se possível, no centro cultural e político da cidade.

Mesquida descreveu algumas inovações pedagógicas explicitadas no interior de uma escola metodista de São Paulo construída dentro do modelo arquitetônico das escolas norte-americanas:

A ausência do estrado nas salas de aula aproximava os alunos do mestre; a presença de carteiras individuais as distinguia das escolas católicas (bancos e carteiras coletivas, estrado) e lembravam dos princípios difundidos pelo liberalismo norte-americano: o individualismo e a democracia. [...] Os auditórios, onde os alunos se reuniam todos os dias antes do início das aulas para ouvir a leitura da Bíblia e cantar hinos religiosos, eram ornados com fotografias dos presidentes dos Estados Unidos, do Brasil e da Província onde se situava a escola. A presença das bandeiras norte-americana e brasileira sugeria a aproximação político-cultural das duas nações [Mesquida, 1994, p. 133].

A arquitetura da Escola Americana de São Paulo, posteriormente denominada Universidade Mackenzie, foi descrita por Ribeiro:

Era um grande edifício assobradado, reservada a parte superior para internato feminino e o andar térreo para as confortáveis salas de aulas do externato misto. O edifício era de tijolo aparente, dotado de espaçoso Salão Nobre, que ficou conhecido como a Sala Grande, [...] A planta desse edifício, o madeiramento e suas esquadrias vieram dos Estados Unidos. Também o seu mobiliário inclusive as célebre cadeiras de carvalho que ornavam a Sala Grande onde funcionou a Igreja Presbiteriana de 1876 a 1884. [...] O material de cerâmica empregado no referido prédio foi adquirido na olaria Manfred, no Bom Retiro [...]. Quanto ao restante do material... e sua mão-de-obra, foram pagos com os recursos da Junta de Nova Iorque [Ribeiro, 1981, p. 240].

Outro exemplo que pode ser citado foi a construção da Escola de São Félix, na Bahia, acompanhando as linhas arquitetônicas da Escola Americana de São Paulo. O edifício foi projetado em dois andares, funcionando no andar térreo o externato misto (Day School) e no, andar superior, o internato das meninas (Boarding School). A planta baixa do externato trazia a divisão das salas de aulas, para turmas mistas, com a capacidade de alunos e a localização das séries; e a do internato explicitava a quantidade e dimensões dos quartos (*Minutes of the Meetings of the Central Brazil Mission – 1904-1938*, pp. 9-11).

Escolas Presbiterianas em Sergipe e na Bahia

O projeto educacional presbiteriano proposto para o país previa a instalação de uma escola logo após a organização da igreja e uma das estratégias que aqueles missionários norte-americanos utilizavam era a organização da igreja e da escola no centro econômico e cultural da cidade e a Província de Sergipe não fugiu à regra. Depois de fazer um reconhecimento para ver qual cidade tinha o maior movimento político e comercial, aqueles missionários escolheram Laranjeiras.

Em 1885, o *Relatório do Presidente da Província* descrevia a situação do ensino em Sergipe, mostrando que, apesar dos esforços investidos, a Instrução Primária não correspondia às necessidades locais, “a despeito das inúmeras reformas porque há passado”. Para o presidente isso se devia à falta

...de mestre habilitado, que saiba transmitir proveitosamente o ensino e que considere o magistério como um sacerdócio e nunca como um simples meio de vida. É verdade que os poderes provinciais tem procurado disseminar a instrução, estabelecendo cadeiras em todos os centros populares, [...]; mas esse sacrifício não é compensado pelos resultados que se colhem, e a cauza encontra-se na consideração de que acima me ocupei [*Relatório do Presidente da Província*, 1884, p. 6].

Foi dentro dessa realidade que a Missão Central, dois anos depois de

organizar a igreja presbiteriana de Sergipe, fundou a primeira instituição educacional protestante – a Escola Americana –, instalada em 1886 na cidade de Laranjeiras, sob a direção do baiano e presbiteriano professor Manoel Nunes da Motta. Funcionava na andar térreo do Sobrado dos Protestantes, como ficou conhecida a casa, na rua Comandaroba, nº 131, que na época era a via de escoamento dos engenhos, cortando a cidade de um extremo a outro. Seguindo o padrão educacional da Missão, a escola, além de oferecer os cursos primário e secundário para ambos os sexos, recebia também alunos não crentes e possuía internatos masculino e feminino (*Minutes of the Meetings of the Central Brazil Mission, 1897-1912*). Como as mensalidades eram baixas, as crianças menos favorecidas podiam freqüentá-la. As aulas eram ministradas por professoras, e as disciplinas oferecidas no secundário constavam de aritmética, geografia, inglês, português, francês, prendas e música – a escola possuía um piano (*Livro de Matrículas do Ensino Particular – 1900, p. 8*).

Na época, os jornais não se reportaram à existência da escola, dando ênfase só aos polêmicos embates travados entre os católicos e os convertidos à nova fé. No entanto, um fato curioso é que, a partir do ano de 1886, começaram a aparecer notícias de alguns colégios particulares nos jornais laranjeirenses e, dentre eles, do Colégio Inglês. Filiado ao Colégio de Nossa Senhora da Graça, na Província de Pernambuco, oferecia educação secundária ao sexo feminino, admitindo alunas externas e internas, sob a direção de Miss Anne Carol e de Júlia de Oliveira, auxiliadas por Laura de Oliveira. O ano letivo ia do dia 15 de janeiro a 30 de novembro. Tinha no seu currículo as seguintes matérias: primeiras letras, religião, português, francês, inglês, alemão, geografia, história universal, piano, desenho, pintura de aquarela, pintura à óleo sobre espelhos, bordados de todas as qualidades, flores artificiais etc. Apesar das inovações curriculares, o Colégio não oferecia educação para ambos os sexos (*O Horizonte, Laranjeiras, 24/12/1886, n. 28, p. 4*).

Vários artigos foram escritos sobre o Colégio Inglês a despeito do silêncio da imprensa no que se refere à Escola Americana. O que pode ser lido nas entrelinhas foi que as investidas feitas pelos missionários na área educacional sergipana provavelmente incomodaram a elite religiosa, cultural e política da cidade. Uma carta da sra. Lily Finley, esposa do mis-

sionário Woodward Edmund Finley, falava “do esforço do padre para desviar os alunos da escola” (Ferreira, 1992, vol. 1, p. 474).

Causou-me estranheza que, apesar dos jornais da época defenderem a liberdade de pensamento e a liberdade religiosa, abrindo espaço para registrar as querelas religiosas, inicialmente não publicaram uma linha sequer sobre a instituição educacional protestante trazida para Sergipe pelos presbiterianos norte-americanos. Já o quase silêncio por parte das instituições oficiais do Estado, talvez tenha se dado pelo fato de que geralmente os estabelecimentos particulares quase não apresentavam a exposição de suas atividades aos inspetores literários.

Exemplo disso foi a publicação, em novembro de 1893, no jornal *O Município*, de parte do Relatório referente ao Ensino Particular, de 11 de agosto de 1893, em que o Dr. Vicente Ferreira Passos, diretor geral da Instrução Pública, reportava-se ao Edital do dia 17 de maio daquele ano, convocando “todos os professores particulares a cumprirem o disposto no Art. 318 n° 1,2,3 sob pena de ser-lhes aplicadas as penas do Art. 319 e do Art. 20, na reincidência”; e uma Circular aos Inspectores Literários para que aquela instituição pudesse “organizar com a possível presteza a estatística do ensino ministrado nas escolas do Estado” lembrando-lhes a responsabilidade que tinham sobre o ensino particular. Ainda se referia ao artigo n° 318 do Regulamento da Instrução Pública, que determinava a obrigatoriedade dos diretores de escolas particulares de comunicar todo o movimento escolar. No entanto, na prática isso não ocorria, tornando impossível avaliar aquelas instituições⁶.

Com o advento da República, o Dr. Felisbello Freire foi indicado para assumir a presidência do Estado de Sergipe e poucos dias após a sua posse designou uma comissão para reformular o setor educacional. Para ele era necessária uma reforma radical na Instrução Pública pelo “verdadeiro estado de desorganização em que se encontrava o sistema educacional sergipano acarretando grande desproveito para o ensino e portanto para as classes populares” (Nunes, 1984, p. 179). Apesar de elaborar um

6 Em 1900, o Diretor da Instrução Primária se reportou a esse mesmo problema mostrando a dissonância de realidades das escolas públicas para as particulares, afirmando ser impossível “acusar um número total de frequência nas escolas par-

plano educacional arrojado, sua permanência na administração estadual foi rápida, impossibilitando-o de implementá-lo.

Dentro daquela realidade, em 1892, a Escola Americana, sob a direção do reverendo Finley, tinha um professor. No ano seguinte, já contava com mais um, e dois anos depois, a Missão mandou Miss Clara E. Hough para lecionar. Em 1895, o colégio oferecia internato para ambos os sexos e contava com 45 alunos (Ferreira, 1992, vol. 1, p. 474).

Apesar da quase ausência de documentos referentes à Escola Americana nas instituições oficiais de Sergipe, existem indícios de que, diante das deficiências da educação pública, aquela escola contribuiu para a melhoria do quadro educacional do Estado. A partir de alguns casos localizados, é possível afirmar que a presença das escolas presbiterianas contribuiu para o aperfeiçoamento da oferta de ensino em Sergipe, com suas práticas educacionais inovadoras e um quadro de professores tecnicamente preparado, além de uma infra-estrutura semelhante às escolas presbiterianas de São Paulo.

A estratégia de enviar convertidos ao protestantismo para os Estados Unidos com o objetivo de aprenderem novos métodos de ensino, tornando-se veiculadores da cultura norte-americana no Brasil, também foi utilizada em Sergipe. O primeiro caso que localizei foi Penélope Magalhães (14/08/1886–1982), laranjeirense, futura professora e pianista. Como a Escola Americana oferecia aulas de música, a menina Penélope logo se interessou por aprender piano. Convidaram-na em 1898 para estudar na Califórnia, onde fez o curso regular pedagógico e o de teologia, retornando em 1910 para ensinar no Instituto Ponte Nova, na Bahia. Anos depois, já casada, assumiu a cátedra de inglês na Escola Normal de Aracaju, ensinando também em outros colégios particulares.

No início dos anos 30, em Sergipe, o Jardim-de-Infância Augusto Maynard Gomes foi o primeiro estabelecimento educacional a ser construído em Aracaju, seguindo o modelo de educação infantil mais moderno da época e implantando o método de alfabetização mais atual que existia. A professora Penélope foi designada pelo governador Augusto

ticulares; os diretores esquivam-se a cientificar a Diretoria o movimento das mesmas” (*O Estado de Sergipe*, Aracaju, 25/11/1900, ano III, n. 668, p. 1).

Maynard Gomes para ir a São Paulo e ao Rio de Janeiro verificar a legislação e currículos que se adequariam ao projeto do Jardim, de acordo com os padrões técnicos do Ministério de Educação, sendo ela a fundadora e primeira diretora do Jardim.

Caso semelhante foi o do reverendo Antônio Almeida (11/07/1879-1969). Nascido em Frei Paulo, foi evangelizado pelo reverendo Bixler, quando trabalhava no povoado de Urubutinga. Numa de suas visitas, o missionário ouviu no meio do mato alguém repetindo o sermão que ele havia pregado no domingo anterior. A pergunta feita pelo pastor – “Você quer se preparar para ser pastor?” – mudaria a vida daquele jovem analfabeto. Foi aluno da Escola Americana em 1900 e 1901 e, posteriormente, a Missão mandou-o para o Colégio 15 de Novembro, em Garanhuns. Bacharelou-se no Union Theological Seminary, em Richmond, Virgínia, nos Estados Unidos, fazendo o Doutorado em Divindade na Faculdade de Ensino Superior King College, em Bristol, Tennessee (Hilton, 1948, pp. 5,6). Ao regressar ao Brasil assumiu a direção da Escola Teológica, agora em Recife e, posteriormente, foi um dos fundadores do Seminário Presbiteriano do Norte⁷.

O ano de 1898 foi decisivo para a área educacional da Missão Central. Os dados registrados davam a entender que suas escolas estavam passando por problemas financeiros, sendo necessário reestruturá-las de acordo com o modelo do Colégio Protestante de São Paulo, prevendo uma homogeneização naquele setor. Um plano educacional foi encaminhado e aprovado pelo diretor daquela instituição, o reverendo Horace Lane, ficando sob a responsabilidade do missionário Waddell a superintendência das escolas da Missão. O plano, implementado a partir de 1901, propunha a sistematização de suas escolas da seguinte forma:

1° - O Presidente do Colégio Protestante (ou quando este estivesse ausente, o Decano), será o superintendente das escolas da Missão Central, com total autoridade sobre as mesmas;

2° - O Presidente designará os diretores dessas escolas, e pessoalmente

7 Além de professor, foi escritor e músico (Ferreira, 1992, vol. II, pp. 32-34).

inspecionará o trabalhos deles, para que as escolas mantenham a qualidade.

Se ele não puder ir, mandará um subordinado para inspecioná-las;

3º - Ele pessoalmente, ou seu substituto, apresentará para a Missão um relatório anual das atividades das escolas, demonstrando se as estimativas propostas para o período foram alcançadas;

4º - Os professores contratados pelo escritório da Missão não terão direito a voto nas questões referentes às escolas;

5º - O missionário residente será consultado em todas as questões que afetarem o relacionamento entre a escola e o público em geral [*Minutes of the Meetings of the Central Brazil Mission, 1897-1912* – 19/01/1898].

Durante os quatorze anos de funcionamento em Laranjeiras, a Escola Americana foi freqüentada pelos filhos dos donos de engenho. Entretanto, em decorrência da seca que se abatera em Sergipe naquele período, muitos deles faliram, impedindo-os de mandarem seus filhos para a escola. Este fato muito contribuiu na decisão da Missão de transferi-la para Aracaju e, a partir do dia 6 de fevereiro de 1899, a Escola Americana oferecia à população estudantil da capital um externato para ambos os sexos, com os cursos primário (20\$000 réis por trimestre – 10 semanas) e o intermediário (30\$000 réis por trimestre – 10 semanas); e um internato para o sexo feminino (*O Estado de Sergipe*, 4/12/1898, n. 123, p. 4). A professora Clara Hough ainda ensinou em Aracaju aproximadamente por sete meses, seguindo para as escolas da Bahia, vindo a substituí-la a missionária-professora Elizabeth R. Williamson (*Minutes of the Meetings of the Central Brazil Mission, 1897-1912*).

No início de 1900, funcionando na Rua Aurora, nº 7, sob a direção do reverendo Finley, a escola contava com 50 alunos matriculados e dois professores, oferecendo internato e externato para ambos os sexos. Ela e o Colégio Brasil foram considerados, pelo diretor da Instrução Pública, os melhores estabelecimentos particulares de ensino em Sergipe. Em 1902, o reverendo Finley publicou no jornal a lista dos aprovados e dentre eles estavam o seu próprio filho e Jackson de Figueiredo, futuro paladino do pensamento católico, aluno da escola até 1905 (*O Estado de Sergipe*, Aracaju, 25/11/1900, n. 668, p. 1 e n. 672, 30/11/1900, p. 3).

No ano letivo de 1901, a escola tinha um corpo docente de seis pro-

fessores (incluindo uma professora de prendas e um professor de música) e se considerava “pronta a dar uma educação segundo os últimos métodos pedagógicos a todos os alunos que forem confiados a seu cuidado” (*O Estado de Sergipe*, Aracaju, 30/11/1900, n. 672, p. 3). Os novos professores eram sergipanos, pois a direção tinha descartado a hipótese de contratar professores do sul do país, para racionalizar as despesas, pois como a crise financeira também se abatera na Missão Central desde 1900, pessoas da própria comunidade foram preparadas pelos missionários para assumirem o ensino de suas escolas paroquiais. Exemplo disso foi a incorporação de Walter Cameron Donald (06/01/1883-06/03/1967) no quadro educacional da Missão a partir de 1904⁸.

Naquele mesmo ano, a Missão transferiu o reverendo Finley e Elizabeth Williamson para a Bahia e fechou os internatos da Escola Americana, designando a professora Anne Belle Mc Pherson para dirigi-la até 1905 (*O Estado de Sergipe*, 23/01/1904, n.1563, p.2). A partir daí, o colégio tornou-se uma escola paroquial, oferecendo somente o curso Primário (Minutes of the Meetings of the Central Brazil Mission, 1904-1938, 12-19/12/1904).

Ainda em 1904, a Missão apresentou um relatório à Junta demonstrando que o trabalho evangelizador e educacional desenvolvido desde 1897 tinha crescido “em número, em extensão – atingindo dez vezes mais a extensão territorial prevista em 1899 – e em espiritualidade, como também alcançando pessoas de destaque da sociedade”. Também apresentaram um novo plano educacional, propondo quatro tipos de escolas:

1° - Escolas Paroquiais Primárias – pagas em grande parte ou integralmente pelos seus benfeitores;

2° - Escolas Missionárias – abertas na residência do missionário ou em

8 Walter C. Donald ensinou nas escolas paroquiais presbiterianas das cidades de Aracaju, Laranjeiras, Riachuelo, Estância e Simão Dias. Na década de 1930, lecionou a disciplina inglês no Colégio Atheneu Sergipense, onde adotava o livro *The English Gymnasial Grammar, Method Direct-Expository* by Hubert C. Bethel. Como tinha dupla nacionalidade também foi convidado para ser vice-cônsul da Inglaterra em Sergipe na época da Segunda Guerra Mundial. Entrevista realizada com sua nora, a sra. Ivonete dos Santos Donald, em 04/05/2000.

outros pontos que oferecem uma especial oportunidade para que as jovens professoras-evangelistas possam influenciar e desenvolver grupos de novos convertidos. Desses grupos deriva também uma grande parte de seu sustento financeiro no campo;

3° - Escola Central – capaz de treinar professores para essas outras escolas;

4° - Internatos – provavelmente oferecendo o primário e o secundário.

Eles são de necessidade imediata se nós queremos salvar para a Igreja as crianças de melhores classes sociais que estão chegando agora [*Minutes of the Meetings of the Central Brazil Mission, 1904-1938 – 19/12/1904*].

A Escola de São Félix foi escolhida como a Escola Central da Missão, funcionando com externato misto e internatos masculino e feminino, oferecendo os cursos primário, secundário, normal e industrial. A Junta só arcaria com o aluguel dos prédios e os salários dos professores norte-americanos. Desde julho de 1901 tinha sido adicionado ao programa daquela instituição um curso de pedagogia para formar professores brasileiros, do qual a professora M. B. Axtell era responsável.

Na Bahia, além da Escola de São Félix outras se destacaram no cenário educacional, como foi o caso da Escola de Cachoeira e do Instituto Ponte Nova. Este último, aberto também para alunos não-protestantes, proporcionava bolsas àqueles mais pobres, e além dos cursos primário, ginásio e normal, oferecia o curso rural e o bíblico. Naquele Estado foi a primeira escola “a organizar programas de orientação educacional”. Posteriormente implantou “um novo sistema de filtração de água para a cidade. Manteve convênios de serviços como o Hospital Evangélico e Escola de Enfermagem de Itacira, ambos mantidos pela mesma Missão” (Hack, 1985, p. 222).

No período em que as regiões da Bahia e de Sergipe ficaram sob a liderança do reverendo William Alfred Waddell, os missionários da Junta de Nova York organizaram mais de quarenta escolas paroquiais e alguns colégios. Acompanhando o sistema semelhante ao de “franquia” em seus estabelecimentos escolares, os missionários inicialmente instalaram, em 1886, a Escola Americana em Laranjeiras, organizando posteriormente escolas em Aracaju, Simão Dias, Urubutinga, Riachuelo e Frei Paulo.

Entretanto, com o passar dos anos os registros sobre a Escola Americana vão rareando até desaparecerem por definitivo tanto dos Livros de Atas da Missão como dos jornais e arquivos locais. As causas que levaram a Missão a desistir do projeto educacional em Sergipe não são explicitadas, deixando apenas algumas pistas no caminho. Esse processo deve ter sido conflituoso, pois os indícios demonstram que não houve um maior cuidado com a perpetuação de sua memória. Pelos registros das atas, a Escola Americana – principal instituição educacional da Missão em Sergipe – durante o período de sua existência gozou de influência no meio educacional local. Entretanto, por problemas internos da Missão, ela foi paulatinamente sendo desativada.

Torna-se intrigante observar que uma instituição que sempre deu ênfase ao discurso e à palavra escrita e, conseqüentemente, à memória, negligencie exatamente este segmento de sua história, pois ela tinha consciência de que a transmissão de suas práticas religiosas e educacionais só se materializaria através de suas escolas paroquiais, seus colégios e escolas dominicais. Eles sabiam que era preciso estabelecer, além das igrejas, uma rede de escolas e colégios para que seus adeptos fossem capazes de transmitir e solidificar aquela nova proposta religiosa e ideológica.

A sensação que se tem é de um hiato, de um vácuo na memória da igreja presbiteriana local com relação ao seu projeto educacional implementado em Sergipe. A falta de um maior cuidado em registrar aquele projeto suscita alguns questionamentos, pois geralmente as sociedades preocupam-se em perpetuar-se através de “registros, pelos traços, arquivos, museus, cemitérios, coleções, festas, comemorações, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos – santuários, associações; processos que dão ilusões de eternidade” (Nora apud Félix, 1998, p. 53). Entretanto, pode ser que tenha ocorrido um extravio de documentação, deixando-nos essa impressão.

Durante todo o período de atuação da Missão, seus representantes entraram em constante conflito entre si sobre a questão da ênfase dada ao trabalho educacional em Sergipe. Os relatórios demonstravam essa situação claramente. O tema “educação *versus* evangelização” estava quase sempre em pauta nas reuniões anuais. As atas explicitavam o pensamento de uma parte dos missionários que viam a educação como

uma estratégia missionária e não um fim em si. Para eles, o trabalho educativo não deveria ser mais importante que o do proselitismo. Outra questão foi a avaliação feita pela Missão sobre o empreendimento educacional no Estado, dando a entender que os resultados não justificavam o investimento feito, não explicitando as causas da decadência e do posterior fechamento da escola.

A partir de 1904, a Missão começou a retirar paulatinamente seus representantes de Sergipe. Com a saída do reverendo Finley e da professora Elizabeth Williamson, os internatos da Escola Americana foram fechados, oferecendo só o ensino primário. As atas também demonstraram o desequilíbrio do trabalho educacional entre Sergipe e Bahia, denotando a decisão da Missão em concentrá-lo neste último estado. Exemplo disso foi a organização e manutenção de colégios em Cachoeira, São Félix, Ponte Nova (atual cidade de Wagner) e, posteriormente, uma escola em Salvador.

Enfim, a Bahia foi a porta de entrada do protestantismo no Nordeste, irradiando-se posteriormente para Sergipe e os outros Estados da região, onde aqueles missionários utilizaram a propaganda religiosa – folhetos, opúsculos, hinários e Bíblias – e principalmente a educação como veículos de propagação e consolidação não só dos seus princípios doutrinários mas também do modelo de vida norte-americano, oferecendo instrução à população e bolsas de estudo para que algumas pessoas fossem estudar nos Estados Unidos, transformando-os em replicadores dos padrões culturais norte-americanos em sua sociedade de origem.

Nagle, referindo-se às escolas instaladas pelos missionários presbiterianos norte-americanos em São Paulo, afirma que elas facilitaram a penetração e aceitação daquela “nova pedagogia” (Nagle, 1978, p. 283), que facultaria a formação do homem “novo”, apto para as novas civilizações e para as novas formas de produção e trabalho (Warde, 2000, pp. 13, 14). O mesmo pode-se dizer que aconteceu em Sergipe e na Bahia, pois aquelas instituições, na medida do possível, seguiam o mesmo modelo das escolas públicas norte-americanas, não só na arquitetura mas principalmente nos métodos e práticas pedagógicas. Elas funcionaram com o propósito de institucionalizar os hábitos, a alimentação, a maneira de ser, sentir e viver, procurando refletir a concepção norte-americana de educa-

ção, facultando assim o projeto cultural norte-americano, o qual se apresentou como parâmetro de progresso, felicidade, democracia, civilização, bem-estar.

Estas reflexões sobre a inserção dos padrões culturais norte-americanos daquelas instituições escolares no cenário educacional daqueles dois Estados, moldando e recriando a mentalidade do brasileiro, provavelmente sejam a ponta de um *iceberg* que está por ser desvendado por outros pesquisadores que se aventurarem a singrar estes mares, ouvindo as vozes de personagens que nos convidam a conhecê-los e reconduzi-los através do tempo e do espaço à tela da história, fazendo-nos rever o pretérito.

Referências Bibliográficas

- BANDEIRA, Moniz (1973). *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- O ESTADO DE SERGIPE*, Aracaju, Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, ano III.
- FÉLIX, Loiva Otero (1998). *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: EDIUPF.
- FERREIRA, Júlio A. (1992). *História da igreja presbiteriana do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, vols. 1 e 2.
- HACK, Osvaldo H. (1985). *Protestantismo e educação brasileira: presbiterianismo e seu relacionamento com o sistema pedagógico*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana.
- HALLEWELL, Laurence (1985). *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EDUSP.
- HILTON, Stanley (1948). *Who's who in Latin American*. Brazil. Stanford: University of California Press, part 6.
- O HORIZONTE* – Laranjeiras, 1886. Aracaju, Biblioteca Pública E. Dórea e Coordenadoria de Informática da Secretaria de Estado da Educação de Sergipe.

LIVRO DAS ACTAS DO PRESBYTERIO DE BAHIA E SERGIPE – 07/01/1907 a 19/01/1929. Arquivo da Igreja Presbiteriana da Mangueira, Salvador-BA.

LIVRO DE ACTAS DA EGREJA DA LARANGEIRAS – Sergipe – 1902. Salvador, Arquivo da Igreja Presbiteriana da Mangueira, Salvador.

LIVRO DE MATRÍCULAS DO ENSINO PARTICULAR – 1900. Aracaju, Arquivo Público do Estado de Sergipe.

MESQUIDA, Peri (1994). *Hegemonia norte-americana e educação protestante no Brasil: um estudo de caso*. Juiz de Fora: EDUFJF; São Bernardo do Campo: EDITEO.

MINUTES OF THE MEETINGS OF THE CENTRAL BRAZIL MISSION – 1897-1912. Vitória-ES, Arquivo particular do Dr. James Wright.

MINUTES OF THE MEETINGS OF THE CENTRAL BRAZIL MISSION – 1904-1938. Vitória-ES, Arquivo particular do Dr. James Wright.

O MUNICÍPIO – 1890-1893. Aracaju, Biblioteca Pública Epifânio Dória e Coordenadoria de Informática da Secretaria de Educação do Estado de Sergipe.

NAGLE, Jorge (1978). “A educação na Primeira República”. In: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, vol. 3.

NUNES, M^a Thetis (1984). *História da educação em Sergipe*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

RAMALHO, Jether P. (1976). *Prática educativa e sociedade: um estudo de sociologia da educação*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA – 1879-1884. Aracaju, Arquivo Público do Estado de Sergipe.

REVISTA DA FLEP (Faculdade de Letras, Educação e Psicologia), São Paulo, Universidade Mackenzie, vol. 1, n.1, nov./1997.

RIBEIRO, Boanerges (1973). *Protestantismo no Brasil monárquico – 1822-1888*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

_____. (1981). *Protestantismo e cultura brasileira – aspectos da implantação do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana.

- SELLARO, Leda Rejane Accioly (1987). *Educação e religião: colégios protestantes em Pernambuco nas década de 20*. Dissertação (Mestrado) – UFPE, Recife.
- TEIXEIRA, M^a GERALDA (1975). *Os batistas na Bahia: 1882-1925 – um estudo de história social*. Dissertação (Mestrado) – UFBA, Salvador.
- VILAS-BÔAS, Ester F. (2000). *Origens da educação protestante em Sergipe: 1884-1913*. Dissertação (Mestrado) – UFS, Aracaju.
- WARDE, Mirian (2000). *Americanismo e educação: a fabricação do homem novo*. São Paulo, PUC, Projeto de Pesquisa do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política e Sociedade.
- WEBER, Max (1987). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 5. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.